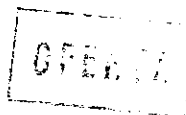
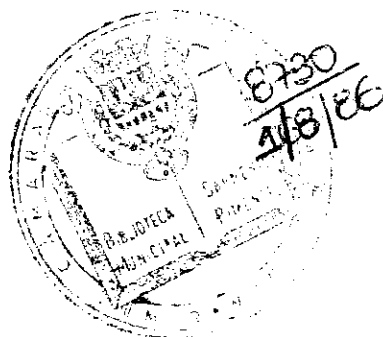


JOSÉ TIMÓTEO MONTALVÃO MACHADO  
da Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa,  
da Academia Portuguesa de História  
e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

# LUCIANO CORDEIRO



BIBLIOTECA MUNICIPAL  
DE MIRANDELA

P.M.M.

8730

4/8/86

SEPARATA DO BOLETIM  
DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA  
1981

to Senhor Presidente da  
Câmara Municipal de Mirandela  
com os honrosos de

*Francisco Manuel Alves*  
V. de M.  
Presidente da S.J.L.  
31-7-81

## LUCIANO CORDEIRO (\*)

JOSÉ TIMÓTEO MONTALVÃO MACHADO  
da Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa,  
da Academia Portuguesa de História  
e da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Luciano Baptista Cordeiro de Sousa foi o fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa, e, em tantos congressos e exposições, nacionais e internacionais, soube defender e honrar o nome do seu País.

Luciano Cordeiro, como ele se assinava e como era vulgarmente conhecido, nasceu na vila de Mirandela, a 21 de Julho de 1844, e faleceu em Lisboa, a 24 de Dezembro de 1900. Com justiça se podia dizer que foram 56 anos ao serviço da nação que o viu nascer. É uma figura de ontem, e contudo já tão esquecida! *Les morts vont vite.*

Segundo o seu assento de baptismo, transcrito pelo Abade de Baçal, o nosso biografado era filho de Luciano José Cordeiro de Sousa e de D. Leopoldina Cândida Álvares Ferreira, natural de Montevideu (1).

Causou-nos uma certa surpresa ver que o pai de Luciano Cordeiro, natural de Mirandela e descendente de famílias dos concelhos de Mirandela, Vila Flor e Alfândega da Fé, se consorciasse com uma senhora de Montevideu. Todavia, nem os autores consultados, nem os descendentes actuais de Luciano Cordeiro nos deram a explicação de tal facto, aliás bem consignado no assento de baptismo acima indicado. Devemos no entanto acrescentar que José Maria Cordeiro de Sousa, filho do nosso biografado, informa que sua avó, D. Leopoldina Cândida Álvares Ferreira, era filha do cirurgião-mór Francisco Bernardo de Santana Álvares Ferreira e de D. Maria Benedita de Almeida e Gameiro. Trata-se de apelidos bem portugueses, sem interferências estranhas, o que nos

(\*) Comunicação apresentada à Secção de História da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 3 de Abril de 1979.

(1) Francisco Manuel Alves — *Memórias Arq.-Históricas do Dist. de Bragança*, vol. 11.º, pág. 642.

permite supor que a mãe de Luciano Cordeiro, embora nascesse em Montevideo, era de ascendência inteiramente portuguesa.

Também não sabemos qual era a profissão do pai de Luciano Cordeiro. Porém, o facto de ele se transferir com a família de Mirandela para Lisboa, e seguidamente para o Funchal e novamente para Lisboa, leva-nos a crer que ele fosse funcionário público, o qual, por bons serviços e promoções várias, veio finalmente fixar-se em Lisboa, onde melhor podia educar os seus filhos. Quais seriam as funções de seu pai? Talvez ele fosse tabelião ou notário. Efectivamente, Luciano Cordeiro, em 1872, por conseguinte nos primórdios da sua vida literária, escreveu um trabalho intitulado *Esboço duma alma*, em que se fala dum rapaz, chamado João, que vive na contemplação das belezas da Ilha da Madeira e da grandiosidade do oceano. Dotado de grande força de vontade, tem uma namorada que lhe contém os ímpetos. Diz que João é filho dum notário e a leitura deste trabalho leva-nos a crer que se trata duma autobiografia e que o tal João era Luciano Cordeiro.

Entretanto, pôde Luciano Cordeiro aprender as primeiras letras, frequentar os liceus do Funchal e de Lisboa e cursar algumas cadeiras da Escola Politécnica. Também estudou a língua grega, numa aula anexa à Biblioteca Nacional.

Em 1862, com 18 anos de idade, assentou praça de aspirante a guarda-marinha, mas desistiu da carreira naval em 1868, ao que parece por falta de saúde. Seu filho, o conhecido epigrafista José Maria Cordeiro de Sousa, que há poucos anos desapareceu do nosso convívio, escreveu que o pai, estando ao serviço da Marinha, foi autorizado a ir passar uma temporada de alguns meses, na Ilha da Madeira <sup>(2)</sup>. Como se sabe, naquele tempo, era habitual recomendar a permanência na mesma ilha aos doentes pulmonares. E não custa a crer que tal doença fosse o duro preço com que o jovem Luciano Cordeiro acumulou os seus deveres militares, a sua formatura no Curso Superior de Letras, o estudo da língua alemã na Torre do Tombo e ainda as leituras autodidactas de ciências económicas e políticas.

Activo e trabalhador, por feitio próprio, e liberal, por convicções adquiridas, fez-se partidário da *Regeneração* e discípulo do vigoroso jornalista político António Rodrigues Sampaio. Por isso, quando Sampaio foi chamado a exercer funções governativas em 1869, não hesitou em entregar a direcção do combativo e conhecido jornal *Revolução de Setembro* ao jovem de 25 anos, Luciano Cordeiro. Não parece que esta direcção jornalística fosse muito do seu agrado, porque só a exerceu durante algum tempo, continuando aliás muitos anos como redactor do mesmo periódico.

---

(2) J. M. Cordeiro de Sousa — *Luciano Cordeiro*.



LUCIANO CORDEIRO

Fundador da Sociedade de Geografia e seu 1.º Secretário Perpétuo

Dada a sua propensão para o estudo e gosto de ensinar e educar, foi escolhido pelo Ministério da Guerra para professor do Real Colégio Militar, onde passou a leccionar as disciplinas de Literatura e Filosofia. Dotado dum feitio um tanto irrequieto, e apesar de neste Colégio ser altamente considerado, só ali exerceu o magistério desde 1871 a 1874.

Entretanto, em 1872, concorreu ao preenchimento da cadeira vaga de Literatura Moderna, no Curso Superior de Letras. Houve mais dois concorrentes, de respeito, porque se chamavam Manuel Pinheiro Chagas e Teófilo Braga. O júri aprovou os três concorrentes em mérito absoluto e deu preferência a Teófilo Braga, dotado de grande erudição e forte poder de argumentação.

Luciano Cordeiro conformou-se, não obstante sustentar, com toda a razão, que dos três concorrentes, ele era o único diplomado pela Escola, em cuja docência se pretendia entrar<sup>(3)</sup>. Não obstante, ele continuou mostrando em diversos trabalhos que era admirador de Teófilo Braga.

A faceta que avulta na obra de Luciano Cordeiro é a de polígrafo. Com efeito, se olharmos para a sua vasta obra literária, contando mais duma centena de trabalhos publicados, vemos que ali se encontram estudos de variados assuntos: arte e literatura, educação e instrução, história e geografia, arqueologia e epigrafia, economia e finanças, congressos, exposições, viagens, etc.

Não podendo referir-nos a todos esses trabalhos, o que seria longo e fastidioso, vamos mencionar alguns deles, deixando para o fim aqueles que mais o celebrizaram e mais se ajustam ao preito das nossas admiração e homenagem. Queremos sobretudo lembrar os trabalhos referentes ao esforço despendido em congressos, exposições e celebrações, tendo sempre em vista a defesa do sentimento pátrio.

Tendo leccionado no Colégio Militar, como acima se disse, teve ocasião de publicar alguns opúsculos sobre aquele estabelecimento de ensino, um dos quais, *Plano de Estudos*, foi muito apreciado, além de transcrever toda a legislação, que até 1873 fora publicada sobre o mesmo colégio.

Na *Sciencia dos pequeninos — Carteira dum pai*, mostrou os seus dotes pedagógicos, por uma forma tal que este livro foi premiado com uma medalha no Congresso da Sociedade Protectora da Infância, realizado em Marselha. Trata-se dum conjunto de 135 lições admiráveis, em que se condena o trabalho prematuro das crianças nas fábricas; combate-se a ociosidade de crianças filhas de pais abastados, devendo-se-lhes ensinar que a riqueza é o produto do trabalho; atribui-se à família todos os defeitos de educação e formação moral, que os menores venham a revelar. É um livro admirável, onde a bondade e o amor, o

(3) O concurso do Curso Superior de Letras — *Curiosidades — A questão jurídica*, Lisboa, 1872, de autor anónimo. O público atribuiu este trabalho a Luciano Cordeiro.

trabalho metódico e regular, a boa interpretação da riqueza, o respeito pelos sexos e idades, a condenação da ociosidade e maus costumes, tudo ali se encontra, e tanto basta para colocar Luciano Cordeiro ao lado dos nossos melhores pedagogos e moralistas.

*O Casamento dos Padres*, publicado em 1872, a propósito do casamento do Padre Jacinto Loison, na Inglaterra, é um trabalho em que o autor revela moral e previdência.

À tese, então sustentada pelos poderes eclesiásticos «um padre, desde que case, morre para a Igreja», Luciano Cordeiro opôs outra tese: «um padre, casando, pode continuar a ser católico». Os acontecimentos ocorridos, e que são do conhecimento de todos, vieram demonstrar que o nosso biografado se colocara, há mais dum século, em bom campo.

Luciano Cordeiro foi também um historiógrafo, que prendeu a sua atenção a certos detalhes ou personagens da História Nacional. Assim, escreveu *A Segunda Duquesa*, ou seja D. Joana de Mendonça, 2.<sup>a</sup> mulher de D. Jaime, 4.<sup>o</sup> Duque de Bragança. Sem discutir os verdadeiros ou imaginários motivos, invocados pelo mesmo Duque para justificar o assassinio de sua primeira mulher, D. Leonor de Mendonça, Luciano Cordeiro procura contrabalançar a mancha do crime praticado com o esforço de guerra, desenvolvido por D. Jaime, juntando e armando apreciáveis efectivos, com que passou ao Norte de África e tomou a praça de Azamor.

Noutro trabalho, intitulado *Uma sobrinha do Infante*, refere-se a D. Leonor, filha do rei D. Duarte e por conseguinte sobrinha do Infante D. Henrique, a qual veio a casar com Frederico III, Imperador Germânico, reinando em Portugal D. Afonso V, irmão da noiva. Ficaram célebres as festividades dessas bodas, ocorridas no Palácio do 1.<sup>o</sup> Duque de Bragança, no Largo do Caldas, da cidade de Lisboa.

*O thesouro do rei D. Fernando* foi outro trabalho histórico do nosso biografado. Nele alude a um tratado de aliança, que anda esquecido na nossa História, entre o nosso soberano D. Fernando I e Luís, Duque de Anjou, filho do rei de França, Carlos V, firmado em 14 de Agosto de 1377. Ambos se comprometiam a fazer guerra, por terra e por mar, contra Pedro IV de Aragão, para lhe extorquirem o Rossilhão e as Baleares, que se anexariam à França. D. Fernando ocuparia algumas cidades no Aragão e Valência, que só largaria pelo pagamento de 200 000 dobras de ouro. Fernão Lopes, na *Crónica de D. Fernando*, alude a esta aliança no Cap. XCVII, mas declara ignorar quais foram os resultados práticos de tal aliança.

Luciano Cordeiro, baseando-se num documento que acabava de ser descoberto em França por Carlos Urseau, secretário do bispo de Angers, elucida que tal tratado de aliança se malogrou por intervenção do Papa e do rei de França.

E nós, por nossa vez, temos que acrescentar: Ainda bem que assim sucedeu para não vermos o rei Fernando trair uma vez mais a promessa feita.

Em *A urna de Afonso de Albuquerque*, o autor historia a forma como, em trabalhos de demolição e arranjo no adro da Sé de Goa-a-Velha, foi encontrada por Luís Gonçalves a urna de granito, em que primeiro repousaram os restos mortais do *Terribil*. O grande combatente teria dito que desejava ser sepultado em Goa, na Capela de Nossa Senhora da Serra, e, *comestas as carnes*, fossem seus ossos trasladados para Lisboa e Igreja de Nossa Senhora da Graça.

A mencionada urna de granito, descoberta em 1892, foi transportada para Lisboa pelo couraçado *Vasco da Gama*, conforme consta de uma carta que o Governador-Geral da Índia, Rafael de Andrade, enviou ao Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, carta publicada por Luciano Cordeiro. A mesma urna ficou depositada na mencionada Sociedade de Geografia, onde se encontra.

Sem ser um verdadeiro historiador, Luciano Cordeiro prendia-se às vezes com certas incógnitas da História Nacional, que aguçavam a sua ânsia de investigador, para satisfazer a natural curiosidade.

Assim acontece com o casamento da infanta D. Berenguela, um dos últimos rebentos legítimos dos reis D. Sancho I e D. Dulce. Dizem todos os historiadores, e confirma-o a *História Genealógica da Casa Real*, que tal infanta casara com Valdemaro II, rei da Dinamarca. Dada a circunstância de, nesse tempo, se fazerem geralmente os casamentos de príncipes sem procurar noivos ou noivas em países distantes, como surge tão singularmente o casamento da nossa infanta D. Berenguela com o rei da Dinamarca?

Isto levou Luciano Cordeiro a escrever o seu trabalho *Berenguela e Leonor, rainhas da Dinamarca*, no qual mostra que o elo essencial para aquele enlace matrimonial foi o infante D. Fernando, irmão da formosa Berenguela, o qual se expatriara e casara com a condessa de Flandres. Agora se compreendia também que Valdemaro III casasse com D. Leonor, filha do nosso Afonso II e por conseguinte sobrinha de D. Berenguela. Assim se explica que, em tempos remotos e com tão difíceis comunicações, duas infantas portuguesas fossem rainhas da Dinamarca.

Luciano Cordeiro, liberal por temperamento e filiação partidária, procurava ser justo e fugir ao facciosismo. Instalara-se entre nós, naquela última década do século passado, uma grande campanha contra a Companhia de Jesus. É certo que esta Companhia tinha cometido erros, tomara atitudes agressivas, mas todas essas faltas haviam sido punidas no século anterior. Numa análise imparcial, não se podiam esquecer os extraordinários serviços que os padres da Companhia haviam prestado no desbravamento, evangelização e educação das massas populacionais, que nós íamos chamando ao convívio mundial. Foram

estas considerações que o levaram a escrever o trabalho *Batalhas da Companhia de Jesus na Província do Japão*.

É imensa a obra do polígrafo Luciano Cordeiro. Havendo a Santa Sé criado certas missões religiosas, na área do que o Concílio de Trento reconheceu como o *Padroado Português em África*, o que determinaria a cobiça de certas nações europeias sobre os nossos territórios africanos, foi Luciano Cordeiro escolhido para redigir uma mensagem à Santa Sé, no sentido de serem respeitados os direitos do nosso Padroado. Mensagem admirável e bem equilibrada, foi essa que Luciano Cordeiro redigiu e foi publicada sob o nome *Direitos do Padroado de Portugal em África*.

Apesar de escrever estes e muitos outros trabalhos, que iam sendo publicados, Luciano Cordeiro não abandonou a actividade jornalística. Já acima dissemos que, tendo abandonado a direcção do conhecido e combativo *Revolução de Setembro* continuou todavia como redactor. Mas também colaborou em vários outros jornais: *A Voz Académica*, *O Paíz*, *A Actualidade*, *O Comércio de Lisboa*, de que foi director e proprietário, *O Jornal do Comércio*, *O Comércio do Porto*, *O Diário de Notícias*, *Revista de Portugal e Brasil*, *Diário Ilustrado*, etc.

Uma vez que falámos na sua actividade jornalística, é talvez a altura de falar duma iniciativa muito feliz de Luciano Cordeiro, que mostra a sua atenção pelos interesses do público.

De há muito se fazia sentir em Lisboa a necessidade de se melhorarem os transportes em comum, através da suas ruas principais e em ligação com os arrabaldes mais populosos, como eram Belém, Benfica e Lumiar.

Na década de 1871-1880, já se fazia uma viagem em caminho de ferro, relativamente cómoda, da estação de Santa Apolónia, em Lisboa, à Estação de Vila Nova de Gaia. Mas era deveras incómodo e moroso o transporte intramuros, na nossa capital, nos velhos *omnibus* e *charabans*, semelhantes às malas-postas, que ainda nas primeiras décadas do século corrente rodavam lentamente nas nossas estradas.

Foi então que os irmãos Luciano e Francisco Cordeiro se lembraram de pôr em prática um sistema de transportes em comum, citadinos, que fosse mais cómodo e mais rápido. E o «Diário de Notícias», em artigo de fundo do dia 6 de Setembro de 1873, assim se exprimia: «*A capital do Reino está dotada dum melhoramento importante. A locomoção carril urbana a força animal, conhecida pelo nome genérico de sistema americano, vai principiar a funcionar. É portanto ocasião de registar os nomes dos indivíduos, a quem devemos este melhoramento, e que introduziram no País o que há muito funciona no estrangeiro com excelentes resultados. Os Srs. Luciano e Francisco Cordeiro foram os primeiros que tentaram realizar esta ideia; foram eles que lutaram por dois anos com as dificuldades e embaraços...*»



A adopção dos *americanos*, ou sejam grandes carros, tirados por uma simples parelha de cavalos ou muares, e deslizando sobre carris de ferro, marca um progresso, que se ficou devendo a Luciano Cordeiro e seu irmão. E nem sequer se pode dizer que fosse a sede do lucro o móbil da iniciativa, porque, antes da inauguração do melhoramento, já os irmãos Cordeiros tinham passado a outrém o monopólio da exploração. Bastou-lhes o gosto de ver deslizar os americanos e poderem dizer como o gazetilheiro do «Diário de Notícias»:

*Ontem, eram cinco e meia  
da tarde, verdade é,  
Vi eu rodar todo ufano  
o caminho americano  
lá pelo Cais do Sodré.  
Que carruagem valente,  
que caixa tão imponente  
nem a Arca de Noé,  
Levava ao tronco muares  
Aquilo ia pelos ares.*

No opúsculo *Ideias e Concursos*, Luciano Cordeiro revela alguns anos mais tarde uma certa inclinação para os motivos da Arte. Entretanto na apreciação dos seis projectos e maquetes para a erecção dum monumento ao Duque da Terceira, expõe as razões pelas quais discorda de todos os projectos apresentados. A sua opinião era, por tal forma acatada, que ele foi o relator da comissão nomeada para dar parecer sobre os projectos apresentados para a erecção duma estátua a Fontes Pereira de Melo.

No seu livro «Estros e Palcos», Luciano Cordeiro faz a livre crítica dos actores e atrizes do seu tempo, confessando a sua admiração por alguns deles, especializando Augusto Rosa, António Pedro e Emília das Neves. Lamenta que em Portugal não haja maior convívio entre autores e actores, visto que os artistas só pelos autores podem ser bem informados acerca das qualidades, boas e más, que caracterizam as personagens que interpretam. Entre muitas outras considerações, insurge-se contra uma barreira, ora silenciosa, ora desdenhosa, que então se expunha perante o teatro brasileiro.

Trabalhador infatigável, ele foi também escolhido, por uma comissão oficial, para dar parecer sobre obras, que se vinham realizando na parte conventual do Mosteiro dos Jerónimos. Tal parecer foi também publicado sob o título *As Obras dos Jerónimos*. Diz que o projecto dum architecto francês não foi aprovado, o que não impediu que as obras se fossem realizando, mediante projectos parciais, nem sempre harmónicos, durante 32 anos, algumas vezes em desarmonia com a traça Manuelina inicial. Termina, dando voto favorável

ao último projecto apresentado pelo Director-Geral dos Edifícios Públicos e opinando que somente a Casa Pia ali devia albergar-se, afastando todos os outros estabelecimentos ali instalados, incluindo a sede paroquial. Espírito aberto a todos os ramos da cultura, também se interessou pela Epigrafia, tendo publicado as *Inscrições Portuguezas*, onde explicou e analisou os dizeres insculpidos em vários túmulos, particularmente no Convento de Cristo e na Igreja de St.<sup>a</sup> Maria do Olival, de Tomar, e no Convento do Carmo, em Figueiró dos Vinhos, acrescentando notas históricas acerca das personagens ali tumuladas. Vem a propósito dizer que este gosto pela Epigrafia transmitiu-se e hipertrofiou-se na pessoa de seu filho, José Maria Cordeiro de Sousa, falecido há poucos anos, o qual nos deixou numerosos trabalhos epigráficos, alguns dos quais como *Inscrições Portuguesas no Museu do Carmo* e *Inscrições sepulcrais da Sé de Lisboa* foram reeditadas.

Contando-se com o seu indesmentível dinamismo e sendo em 1880 director e proprietário do jornal *Comércio de Lisboa*, foi uma das personalidades que mais concorreram para a celebração do 3.<sup>o</sup> Centenário da morte de Camões. Dois anos mais tarde, em 1882, entrava também para a comissão encarregada de exaltar a memória do Marquês de Pombal, a propósito do 1.<sup>o</sup> Centenário da sua morte. Alguns anos mais tarde, Luciano Cordeiro também era um dos mais entusiastas promotores do Centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia.

Político com filiação no Partido Regenerador, nunca foi a política de campanário, nem tão pouco a política de facção, que orientaram os seus passos.

Deputado em duas legislaturas, de 1882 a 1884, pelo círculo de Moga-douro, e em 1884, pelo círculo de Leiria, teve ocasião de entrar na discussão de vários assuntos da administração pública, que estavam em ligação com as suas funções oficiais, no Ministério do Reino. Neste departamento de Estado, prestou serviços na Administração Política, na Polícia de Segurança, findando como Director-Geral da Instrução Pública.

Não podemos alargar-nos mais sobre a obra do eminente polígrafo, com receio de nos tornarmos fastidioso. Mas falta ainda abordar a faceta principal da vida de Luciano Cordeiro, que propositadamente deixámos para o fim, para lhe darmos um pouco mais de desenvolvimento. Referimo-nos ao esforço, à atenção, à tenacidade, com que ele estudou, tratou e combateu a favor dos nossos domínios ultramarinos. Merece a pena pararmos uns momentos, para enfrentar um conjunto de atitudes nobres e heróicas dum grande patriota!

Poderá parecer estranho que nos aventuremos a falar de colónias, nesta hora em que os nossos antigos domínios ultramarinos acabam de constituir-se em nações independentes. Todas as nações da Europa Ocidental possuíam colónias extensas noutros Continentes, mas por uma lei geral da vida, que

concede a liberdade a todos os seres que atingem a maioridade, todas aquelas nações se viram desligadas dos seus antigos territórios ultramarinos.

Não há por isso desdouro em falar das nossas antigas colónias, e só temos que nos vangloriar do esforço que despendemos para as descobrir e fazer progredir.

Luciano Cordeiro, sempre operoso e construtivo, atendendo à grande responsabilidade de possuímos vastos territórios ultramarinos, cedo começou a dedicar-se aos problemas coloniais, estudando-os e mostrando-os aos governantes e ao público. Foi o que revelou em vários trabalhos, tais como: *De la part prise par les portugais dans la découverte de l'Amérique*; *Portugal e o movimento Geográfico moderno*; *L'Hydrographie africaine ou XVI siècle*; *Notícia do Cunene* e *Questões Coloniais*. Estas e outras publicações foram muito mais tarde, em 1934, reunidas em volume, pela Imprensa da Universidade de Coimbra, sob o nome de *Obras de Luciano Cordeiro*, contendo 25 monografias.

Era preciso agitar a opinião pública, porque, em contraste com a cobiça que outras nações europeias vinham revelando, verificava-se um certo alheamento de governantes e governados, acerca do nosso império ultramarino. O mal vinha de longe. O próprio Marquês de Pombal, que tão vasta e gloriosa obra realizou a favor das nossas cultura e economia, não desempenhou, infelizmente, uma acção condigna nos nossos domínios dos outros Continentes. Sem esquecermos a influência benfazeja da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, para acautelar os interesses do comércio do Brasil, e lembrando a libertação dos índios do Brasil e a abolição da escravatura, pode dizer-se que a acção de Pombal não se estendeu capazmente aos domínios ultramarinos.

Entrava-se depois no século XIX, e tanto as Invasões Francesas como as lutas intestinas, que se lhes seguiram, tudo contribuiu para que os nossos governos não dedicassem à administração e ao desenvolvimento das nossas colónias africanas a atenção e o carinho que elas mereciam. De aquelas primeiras décadas do Liberalismo, só temos a mencionar, com especial destaque, a insistência com que o Marquês de Sá da Bandeira procurava assegurar a abolição da escravatura, que aliás continuava a ser desrespeitada por interesses de certos colonos e alguns governadores.

De tudo isto nasceu uma luta diplomática entre os Governos de Portugal e Inglaterra, não porque o Reino Unido se condoesse muito com a sorte dos tristes escravos, mas sim porque uma razão tão humanitária podia esconder uma razão de cobiça e extorsão de direitos históricos seculares, que possuíamos em várias regiões africanas.

Desde sempre, os nossos domínios nos outros Continentes foram cobiçados por outras nações europeias, mas agora no século XIX, subiu a avidez. Efectivamente, o desenvolvimento industrial de certas nações levava-as a procurar

novas e ignotas regiões, não somente para encontrar matérias-primas, mas também para dar saída aos produtos manufacturados.

Era esta a situação, quando Luciano Cordeiro, tendo apenas 31 anos de idade e sem um lugar bem marcado nas letras, na política ou nas funções públicas, teve o arrojo de iniciar um grande movimento nacional e popular, em defesa das nossas vastas possessões ultramarinas.

Esse movimento corporizou-se na fundação duma sociedade, de que ele foi o principal obreiro, e da qual, por efeito das suas actividades e dedicação, veio a ser Secretário Perpétuo. Foi a Sociedade de Geografia de Lisboa, que vive há mais dum século, sempre servida pelos mais altos valores nacionais, permanentemente dedicada à causa nacional, desde 1875.

Tendo sido o primeiro promotor e principal obreiro da popular e benemérita Sociedade de Geografia, tanto basta para inscrever o nome de Luciano Cordeiro em lugar de honra da nossa História Contemporânea. A Sociedade de Geografia começou a ser com efeito o principal motor do estudo e defesa do nosso poder ultramarino.

Não nos podendo alongar acerca da prestigiosa e popular Sociedade, queremos apenas lembrar alguns outros sócios fundadores: Emílio Augusto Cardoso, architecto e cartógrafo, de trabalhos premiados e muito apreciados; Cândido de Figueiredo, conceituado filólogo e dicionarista; Rodrigo Afonso Pequeto, considerado economista, o grande companheiro de Luciano Cordeiro.

A Sociedade de Geografia teve primeiro modestas instalações, em várias ruas da capital, mas desde 1897, encontra-se instalada em edifício condigno na Rua Eugénio dos Santos, onde foram recebidos o rei Eduardo VII de Inglaterra, o imperador Guilherme II da Alemanha e o Presidente Emile Loubet da França.

Com o intuito de conciliar os interesses das diversas potências, na avidez de alargarem os seus territórios africanos, realizou-se a *Conferência de Bruxelas*, em 1876. Portugal não foi convidado a fazer-se representar em tal conferência, invocando-se duas falsas razões: o consentimento na continuação da escravatura e a falta de desenvolvimento dos territórios possuídos. Eram apenas dois pretextos, para nos afastarem da discussão em assuntos que tanto nos interessavam.

Quanto à escravatura, ela já tinha sido proibida por antigas legislações e pelas do Marquês de Pombal, Sá da Bandeira e outros políticos. Se alguma escravatura se exercia ainda nalgumas colónias, era por desobediência local, infringindo as ordens do governo central. Quanto ao desenvolvimento dos nossos territórios, ele era realmente lento, mas seguia mais ou menos paralelo ao de Madagáscar e outras possessões africanas, ligadas à influência de outros países europeus.

Naquela Conferência de Bruxelas fundou-se uma Associação Internacional para exploração e civilização da África Central e criou-se o Estado do Congo, que ficou pertença do rei Leopoldo II da Bélgica. Tal Estado, correspondendo

mais ou menos à bacia hidrográfica do Zaire ou Congo representava uma ameaça para Portugal, já porque se entrepunha entre as nossas colónias de Angola e Moçambique, já porque a sua porta de entrada e saída teria de ser a foz do mesmo Zaire, que estava incluída no nosso território de Angola.

Portugal, apoiado desta vez pela Inglaterra, protestava que a foz do Zaire lhe pertencia, porque o litoral angolano se estendia, de Sul para Norte, até Cabinda, na margem direita do mesmo rio. Mas a Bélgica, a França, a Holanda, a Alemanha, a Espanha e os Estados Unidos tomaram o partido do Estado do Congo, opinando que o Zaire devia gozar do direito de livre navegação.

Foi viva a reacção despertada em Portugal, pelos factos que acabamos de apontar; e, por parte da Sociedade de Geografia, explodiram os protestos mais veementes, expressos por Luciano Cordeiro, nas suas publicações *Questões Africanas*, *Memórias do Ultramar* e sobretudo na *Questão do Zaire*.

Toda esta campanha, realizada sobretudo por iniciativa da Sociedade de Geografia, teve pelo menos uma compensação, que foi a de sermos chamados a participar na Associação Africana Internacional. Assim, em 1878, Luciano Cordeiro foi designado para representar Portugal no Congresso de Geografia Colonial, reunido em Paris. Ao ouvir a apresentação duma proposta para a ocupação da foz do Zaire, Luciano Cordeiro lavrou o seu mais indignado protesto e declarou que se tal proposta entrasse em discussão, imediatamente se retiraria a representação portuguesa. Foi o bastante para a proposta ser retirada.

Entretanto, realizando-se no Rio de Janeiro uma grande Exposição Portuguesa, em 1879, foi Luciano Cordeiro nomeado presidente da mesma exposição, imprimindo-lhe aparato e importância. Pouco depois, tinha a honra de representar o nosso país em várias reuniões internacionais, como por exemplo, no Congresso Internacional de Ciências Geográficas, reunido em Veneza, em 1881.

Era preciso activar as explorações sertanejas dos territórios que tradicionalmente nos estavam atribuídos. Com tal fim, desenvolveu a Sociedade de Geografia vigorosa campanha, tanto mais que idênticas expedições estavam sendo realizadas por outros povos europeus, a exemplo do missionário escocês Livingston, que já atravessara a África, de Angola para Moçambique. Trabalhos desta natureza não constituíam novidade para os portugueses. Para trás ficavam já arrojados pioneiros que desbravavam sertões e vinham descrevendo a hidrografia africana, baptizando indígenas, espalhando a fé, iniciando o comércio.

Citemos alguns nomes: Baltasar de Castro e o P.<sup>o</sup> Gonçalo da Silveira já no século XVI subiam ao longo do rio Zambeze, conheceram a região de Tete e avançaram até ao reino de Monotapa, correspondente à actual Rodésia. Francisco Barreto foi nomeado pelo rei D. Sebastião governador do mesmo Monotapa, cujas populações disciplinou. Vasco Fernandes Homem estabeleceu boas relações com o régulo de Chitonga e começou a exploração das minas de ouro. Francisco José de Lacerda e Almeida, matemático e oficial de Marinha,

saído de Tete em 1798, com a intenção de atingir a província de Angola, não conseguiu o seu objectivo, porque, tanto ele como sua mulher, foram vítimas das febres sezonáticas e faleceram.

Agora, vários exploradores de outras nações, como os viajantes ingleses Cameron e Stanley e o francês Pierre Brazza vinham realizando novas excursões e colhendo novas informações para constituições cartográficas. Isto suscitou o ciúme dos portugueses, que era revelado e agitado pela Sociedade de Geografia e principalmente pelos gritos e opúsculos de Luciano Cordeiro. Esta campanha teve boa aceitação por parte de Andrade Corvo, então Ministro da Marinha e Ultramar.

Assim se organizou a expedição de Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ívens, em 1877, a que se seguiram outras em 1880 e 1884, com frutíferos resultados, às quais expedições não queremos referir-nos mais largamente, para não alongar mais esta singela exposição. Não queremos todavia furtar-nos a lembrar o nome dum bravo filho de Portugal, António Francisco Ferreira da Silva Porto, tipo de comerciante arrojado e empreendedor, que desbravou o Bié, e cujos pombeiros atingiram a costa oriental da África, já nos afastados anos de 1853 e 1854. Em determinada altura, estando Silva Porto, ausente de Belmonte, vila que ele fundou no Bié, hoje cidade de Silva Porto, aconteceu que um pavoroso incêndio lhe destruiu tudo quanto tinha, e ficou na miséria. Apelou então para Luciano Cordeiro, e este enviou uma mensagem ao rei D. Luís, que ordenou a protecção do sertanejo, mas este morria no ano seguinte em trágicas condições. Silva Porto, que muito queria à sua terra natal, cujo nome adoptou, pertenceu também à Sociedade de Geografia Comercial, que no Porto se fundara, e pretendeu publicar uma edição especial das principais obras do seu ilustre conterrâneo e intrépido sertanejo. Perante uma revolta do gentio e sem forças para se defender, embrulhou-se na bandeira de Portugal e fez-se queimar por uma barrica de pólvora. Não pôde por isso satisfazer o seu maior desejo: morrer no Porto, seu terra natal, que ele tanto e tanto amava. Luciano Cordeiro dedicou à memória do seu amigo o opúsculo «Silva Porto».

Já vimos acima como várias potências, em auxílio da Bélgica, reclamavam a liberdade de navegação no rio Zaire, o que era atentatório do nosso domínio nas duas margens do estuário do mesmo rio.

A França pretendia a anexação dos territórios que se interpunham entre a Argélia e o Senegal.

A Inglaterra reclamava para si todos os territórios por onde passaria um caminho de ferro transafricano, do Cairo ao Cabo. Para isso, dizia, há muitos anos vinha lutando contra os cafres do Cabo e do Natal, os boeres, os zulos e outros povos.

A Alemanha lamentava-se de chegar tão tarde para a repartição do Continente Africano e ia tomando conta de territórios menos almejados: Togo, Camarões, Tanganica e África do Sudoeste Alemã.

Bismarck, o *chanceler de ferro*, recolhera e conservava todo o prestígio das vitórias que lhe permitiram operar a unificação da Alemanha. Em face de todas as pretensões acima mencionadas, Bismarck tomou a iniciativa de chamar as potências europeias, com interesses no Continente Africano, para se decidir sobre duas questões essenciais: a liberdade de navegação nos rios Níger e Zaire; definir as condições necessárias para se reconhecer a posse de novas ocupações na costa de África.

Em Outubro de 1884, Portugal foi convidado a fazer-se representar na dita reunião, que ficou conhecida por *Conferência de Berlim de 1885*. O nosso país fez-se representar por António de Serpa Pimentel, reputado estadista, pelo nosso biografado Luciano Cordeiro e pelo Marquês de Penafiel, nosso Ministro na capital alemã.

A delegação portuguesa bateu-se pela defesa dos nossos interesses, apresentando um relatório, subordinado ao título *La question du Zaïre*. Nesse relatório, fazia-se um historial desenvolvido das nossas descobertas ao longo da costa africana, no século XV, e bem assim dos trabalhos de fixação e desenvolvimento comercial nos séculos seguintes. Apelava-se consequentemente para os nossos direitos históricos, que aliás já tinham sido respeitados, por arbitragem, em disputas internacionais anteriores. Assim, a arbitragem dos Estados Unidos impedira em 1870 que a ilha de Bolama nos fosse arrebatada pelos ingleses; e a arbitragem da França, em 1875, obstou igualmente a que os mesmos ingleses se assenhoreassem do porto de Lourenço Marques. Tal relatório, elaborado por Luciano Cordeiro, constitui ainda hoje uma boa peça da nossa história colonial.

A conferência estipulou todavia inteira liberdade de navegação nos rios Zaire e Níger e decidiu que a posse legítima de territórios africanos não dependia dum direito histórico, mas sim de ocupação efectiva, com forças suficientes para reprimir quaisquer revoltas do gentio.

Bateram-se os delegados portugueses pelos nossos direitos históricos, mas o mais que puderam conseguir foi que a margem esquerda do estuário do Zaire ficasse portuguesa. Porém, a margem direita ficava pertencendo ao Reino Livre do Congo, sem embargo de mais ao Norte continuarem terras portuguesas, que se ficaram chamando *Enclave de Cabinda*.

Nas sessões de 14, 15 e 16 de Junho de 1885, da Câmara dos Deputados, Luciano Cordeiro relatando a intervenção dos delegados portugueses na Conferência de Berlim, acrescentava: «Se não trouxemos uma vitória completa, trouxe-mos o bastante para avaliarmos o que perderíamos se lá não tivéssemos ido. Fomos abandonados por todos». E, queixando-se amargamente da campanha

aberta pelo «Diário Popular» contra a delegação portuguesa, diria a Rodrigo Pequito: «Nem agora desistem de fazer política de saguão!» A única gratidão, que Luciano Cordeiro recebeu, foi a da Sociedade de Geografia, que o fez seu Secretário Perpétuo e lhe entregou uma medalha de ouro.

O critério adoptado pela Conferência de Berlim ficou prevalecendo em matéria de política colonial. Ao direito histórico, sucedeu a imposição da força.

Vinha de longe o sonho de unir a nossa costa angolana à costa moçambicana, e por isso se contavam já perto de 20 travessias ou tentativas de travessia de costa à contra-costa, realizadas por portugueses.

Em vista das resoluções tomadas pela Conferência de Berlim, activaram-se essas excursões pelo *hinterland* de Angola e Moçambique, o que se exprimia pela expressão *Mapa cor-de-rosa*. Opôs-se-lhe o governo inglês de Salisbury, que começou a ocupar militarmente o que chamava *Território dos Macololos* e nos impôs o ultimatum de 11 de Janeiro de 1890, na mira de construir o tão almejado caminho de ferro do Cabo ao Cairo. Portugal, nação mais fraca, e sem a solidariedade de ninguém, teve de ceder.

Poderá perguntar-se: valeria a pena realizar tantos trabalhos e cansaças, tantas despesas e esforços, por parte de Luciano Cordeiro e seus companheiros, por parte de sertanejos e homens de armas? E nós responderemos: vale sempre a pena, quando se trata de defender a honra de cada um, vale sempre a pena, quando seja preciso afirmar as virtudes da raça.

Perdemos a margem direita do estuário do Zaire, como viríamos a perder, embora temporariamente, a baía de Quionga, no Norte de Moçambique. Mas, salvámos o nosso império colonial, cuja partilha por outras potências foi tantas vezes anunciada.

Acabámos depois por perder os territórios ultramarinos, não por termos de ceder à gula e avidez das diversas nações, mas sim porque esses territórios reclamaram as suas independências. Portugal perdeu as suas colónias, quando as outras nações da Europa Ocidental já tinham sofrido idênticas deduções.

Aplacada a campanha de política internacional, a que acima nos referimos, Luciano Cordeiro remeteu-se a uma vida mais obscura, embora sempre activa e proveitosa.

Como funcionário superior do Ministério do Reino, fez parte da comissão encarregada de elaborar um estudo acerca da emigração portuguesa; trabalhou na organização dos museus; tomou parte activa nas comemorações do 4.º Centenário do Caminho Marítimo para a Índia; dedicou-se à crítica teatral e ao ensino artístico.

Nas horas vagas, o cidadão útil e laborioso, sempre austero e patriota, entregava-se principalmente a estudos de História Nacional, fixando principalmente a sua atenção sobre episódios ou acontecimentos, cujas narrativas oferecessem algumas dúvidas. A alguns desses estudos já fizemos referências, mas



outros se lhes seguiram, como *Soror Mariana*, em 1888, *Companhia de Jesus*, em 1894, *Portugueses fora de Portugal* e *Dois Capitães da Índia*, em 1898.

Em 1899, novamente volta a Berlim para representar Portugal, e, no ano seguinte, quando se preparava para tomar parte no Congresso Colonial, morre o grande lutador, em 24 de Dezembro de 1900, vítima dum fulminante ataque de angina do peito, contando apenas 56 anos.

• Que lição ou lições podemos e devemos tirar da vida austera e laboriosa deste illustre compatriota? A nosso ver, três grandes lições devemos aproveitar, ao tomar conhecimento da vida e obra deste íntegro filho do Norte, nascido em Mirandela.

Em primeiro lugar, devemos homenagear e procurar imitar a sua extraordinária actividade, na banca de estudo, na cátedra de professor, nas colunas dos jornais, na Câmara dos Deputados, nos prelos da imprensa livresca, nas secretarias governativas, nas salas da Sociedade de Geografia, em Congressos e Conferências, nacionais e internacionais. Tenhamos a coragem de elogiar o trabalho, numa época em que todos procuram ganhar mais, sem embargo de trabalhar menos.

Em segundo lugar, devemos louvar e imitar o espírito de isenção, revelado por Luciano Cordeiro. Com as suas apreciáveis qualidades de intellecto e trabalho, ele podia, se pensasse apenas nos seus interesses pessoais, angariar uma boa fortuna e fugir a uma mediania, quase pobreza, em que sempre viveu e que legou à família.

Em terceiro lugar, cumpre admirar e louvar o seu acendrado patriotismo, permanente e corajosamente revelado, na imprensa e no livro, em comissões e relatórios, em reuniões e congressos, nacionais e estrangeiros, sem outra paga, que não fosse a satisfação do dever cumprido.

Estas foram as lições que Luciano Cordeiro legou aos seus contemporâneos e aos vindouros. •

Tendo tomado parte tão activa na política internacional, foi admitido em sábias associações culturais de outros países: Brasil, Espanha, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Alemanha, Ungria e Roménia. Em Portugal, que nós sabemos, recebeu apenas duas provas de alta consideração: em vida, foi nomeado secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa; depois de morto, foi dado o seu nome a uma importante artéria da capital. Não foram todavia honras suficientemente compensadoras do esforço hercúleo desenvolvido pelo grande patriota.

## SUMMARY

Luciano Cordeiro was the founder of the Geographical Society of Lisbon, this very worthy organization which rendered so many valuable services to the Country.

Luciano Cordeiro was born in the year of 1844 at Mirandela a town of the province of Trás-os-Montes, Portugal. He died in Lisbon in 1900 at the age of 56.

He graduated at the old Curso Superior de Letras. For some time he was a professor. Afterwards took up journalism as a profession and became a distinguished journalist. But he could write on almost any subject and for this reason he became very well known.

He published more than 100 works on art, literature, education, history and geography, economy and finance.

His ardent patriotism and the wish to do the right thing lead him to devote himself almost entirely to the defense of the overseas Empire of Portugal.

With this end in view and with the help of some friends he laid the foundation of the Geographical Society of Lisbon in 1875.

The society had its first instalations in various buildings in several streets of Lisbon but since 1897 it has adequate and dignified instalations and in its premises the King of England Edward VII, the Emperor of Germany William II and the President of France Emile Loubet were received.

Having strongly criticized the absence of Portugal from the Brussels Conference of 1876 Luciano Cordeiro was justly appointed to represent Portugal at the Congress of Colonial Geography which took place in Paris in 1879 and to the International Congress of Geographical Sciences held at Venice in 1881.

Still his political and diplomatic ability was indeed sensationally demonstrated at the Berlin Conference of 1885.

Together with the statesman António de Serpa Pimentel and the Minister Plenipotentiary Marquess of Penafiel, he brilliantly defended the legitimate interests of Portugal overseas.

It was at the Berlin Conference that he presented his historical report «La Question du Zaire» in which were duly emphasized the rights of Portugal.

It was due to this valuable work that the Portuguese Colonies were not lost through the covetousness of the other European Nations in the days of the scramble for África.

It was also due to the clear presentation of the problem that the Portuguese Colonies of Africa continued to exist until such time they believed themselves having reached full age and decided to become independents.

The amazing work carried out by Luciano Cordeiro during the short span of his life was not well understood and appreciated by his compatriots. While living he only received as an high testimonial of consideration the gold Medal awarded by the Geographical Society and the appointment to be his life secretary.

After his death his name was given to an important street of Lisbon.

Those were indeed scarce rewards for his so notable achievements.

